



# Gestos civilizados

*FHC está seguindo o bom caminho no processo de transição do poder*

**P**ARA UNS, FORAM ENCONTROS “HISTÓRICOS”. PARA outros, nem tanto. Mas só uma imensa má vontade para com o presidente Fernando Henrique Cardoso justifica ver suas reuniões com os quatro candidatos à sucessão como um gesto vazio. Ou, nas palavras de Anthony Garotinho, do PSB, como algo “que não acrescentou nada”.

Na verdade, as reuniões foram uma peça adicional da coleção ainda modesta, mas promissora, de episódios de tolerância política nas transições de governo. Nossa história não tem nada remotamente parecido com a tradição dos Estados Unidos, onde equipes do presidente em final de mandato e do eleito fazem um sem-número de reuniões de trabalho. O resultado é que o novo governo assume sabendo em que terreno está pisando, enquanto em Pindorama o velho costume era deixar para o sucessor bombas de efeito retardado — aumentos salariais de última hora para o funcionalismo ou faturas de obras não pagas.

A aspereza caracterizou nossas transições, mesmo no último caso de presidente eleito pelo voto popular que transmitiu o cargo a outro: Jânio Quadros recebeu a faixa presidencial de Juscelino Kubitschek em 1961 para, ato contínuo, descompor JK em discurso furioso e anunciar inquéritos para apurar corrupção na gestão anterior. Imagine-se pensar em equipes de transição com esse clima.

Nossa democracia pós-regime militar já começou com uma grosseria: o general João Figueiredo (1979-1985), que bem ou mal presidiu a abertura que levou à democracia, não quis passar a faixa a José Sarney (o país ainda por cima vivia a tensão da doença de última hora do presidente titular, Tancredo Neves). Sarney, por sua vez, engoliu sapos e lançou mão de sua reconhecida afabilidade para transmitir o poder a Fernando Collor, que o atacou ferozmente durante a campanha eleitoral de 1989.

Foi o governo Sarney que iniciou uma tentativa de transição organizada do poder, mesmo antes da vitória de Collor. Definido o segundo turno — com Collor e Lula —, o então ministro da Fazenda, Maílson da Nóbrega, sugeriu a Sarney que os principais dados da situação econômica fossem transmitidos às equipes dos dois. Lula aceitou o convite e indicou para o trabalho dois nomes ainda hoje peças-chave em sua equipe, os economistas Guido Mantega e Aloizio Mercadante.

Collor, com espalhafato, recusou a proposta. Mas, eleito, acabaria indo ao sítio de Sarney para solicitar a decretação do feriado bancário que lhe permitiria praticar o confisco contido no Plano Collor. Sarney, que ignorava o confisco, também concordou em antecipar o envio à aprovação do Senado o nome de Ibrahim Eris como presidente do Banco Central do novo governo. Foi Maílson quem redigiu a exposição de motivos da mensagem ao Senado, conforme lembrou a EXAME certa vez. Finalmente, a 13 dias da posse, Sarney recebeu Collor no Planalto para o que se chamou de “encontro de Estado”.

A passagem para o governo Itamar Franco, em 1992, teve atropelos proporcionais à forma pela qual Collor foi ejetado do poder. De Itamar para FHC, no final de 1994, nem houve transição: o presidente fora chanceler e ministro da Fazenda de Itamar, a equipe econômica transferiu-se em peso para seu governo e ele já conhecia bem os meandros da administração.

Retomando iniciativa do governo Sarney, os encontros de FHC com os presidenciáveis, a que se seguiram reuniões de assessores econômicos dos candidatos com funcionários capitaneados pelo ministro do Planejamento, Guilherme Dias, são algo que vai na direção certa — da civilização, da democracia e do interesse do país. ■

**A primeira tentativa organizada foi na gestão de Sarney**

E-mail: [setti@uol.com.br](mailto:setti@uol.com.br)